

Plenário definirá prioridade de votação da emenda

BRASILIA — A tramitação no Congresso da proposta de emenda do Executivo convocando a Assembleia Nacional Constituinte será iniciada em agosto. A preferência de votação, em detrimento de outras já existentes, como a do Deputado Gastone Righi (PTB-SP), dependerá de uma decisão da maioria. Foi o que anunciou ontem o Presidente do Senado, José Fragelli (PMDB-MS), ao receber do Ministro-Chefe do Gabinete Civil, José Hugo, a mensagem da proposta.

Numa cerimônia informal, que durou 20 minutos, com a presença do Líder do Governo no Congresso, Fernando Henrique Cardoso, de Righi e de alguns Senadores, José Hugo reiterou que a mensagem do Executivo para convocação da nova Carta é o cumprimento do compromisso da Aliança Democrática assumido com o povo brasileiro em praça pública.

O Ministro afirmou que a Nova República está consolidando o processo democrático e que a prova é o envio da proposta ao Congresso. Jo-

sé Hugo espera uma mobilização popular em torno da Constituinte e um "tratamento necessário" dos parlamentares.

O Líder do PDS na Câmara, Prisco Viana, garantiu que, apesar das divergências, o partido dará todo apoio à tramitação, discussão e votação da emenda. Prisco fez essa afirmação ao justificar, em discurso na tribuna, a decisão da Executiva Nacional do PDS de não participar da solenidade de assinatura da mensagem.

A decisão da Executiva, segundo o Líder, não representa qualquer tomada de posição do partido com relação à emenda ou à convocação da Constituinte, "e muito menos um ato de descortesia em relação ao Presidente".

O Presidente José Sarney lamentou ao Colégio de Vice-Líderes do PMDB, durante almoço, a ausência do PDS, afirmando que a Constituinte é um projeto que interessa a todos e, por isso, não podia explicar a posição do partido oposicionista.



Carneiro, Righi, Bom, Chiarelli, Lourenço, Fernando Henrique, Lucena e Pimenta ouvem a leitura da mensagem na primeira fila de convidados

Partidos formam comissões para examinar emenda e tomar posição

BRASILIA — Antes da instalação da comissão mista que examinará a mensagem de convocação da Constituinte, alguns partidos formarão comissões para examinar a convocação e as reformas que serão debatidas pela Constituinte. Pelo menos quatro comissões partidárias e uma interpartidária no Senado e na Câmara já foram anunciadas.

A do PDT vai se reunir durante o recesso parlamentar. O partido quer emendar a mensagem de convocação para incluir a eleição direta de Presidente da República junto com a eleição da Constituinte.

O PT, adiantando-se aos demais partidos, entregou ontem ao Presidente José Sarney proposta de emenda à Constituição fixando para primeiro de março de 1986 a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte independente do Congresso.

Embora o PMDB não vá formar qualquer comissão, por considerar o projeto do Governo satisfatório, segundo o Líder do partido na Câmara, Pimenta da Veiga, o Deputado Alencar Furtado (PMDB-PR)

tomou a iniciativa de formar uma comissão interpartidária.

Mesmo disposto a participar da interpartidária, o PDS pretende formar duas comissões próprias na primeira semana de agosto, compostas cada uma por sete parlamentares, com o objetivo de examinar a emenda do Governo e elaborar propostas de artigos para a nossa Constituição.

A segunda comissão vai elaborar propostas que o PDS levará à campanha eleitoral para a Constituinte. Na Convenção Nacional, prevista para 18 de agosto, será iniciada a discussão das propostas, a serem levadas a debate com entidades representativas da sociedade.

O PFL, integrante da Aliança Democrática, já criou uma comissão encarregada de, através do Instituto de Estudos e Pesquisas Tancredo Neves, situar o partido face à Constituinte. O trabalho dessa comissão poderá resultar em um modelo de Constituição a ser submetido à Convenção Nacional ou ao Diretório Nacional do PFL.

Maciel considera que a convocação pelo Executivo era o único caminho

BRASILIA — Uma proposta irretocável. Assim o Ministro da Educação, Marco Maciel, qualificou ontem a mensagem de convocação da Constituinte. Segundo ele, não restava outro caminho senão o Executivo fazer a convocação, porque não houve quebra do ordenamento jurídico do País.

O trabalhador precisará estar dignamente representado na Constituinte e deverá escolher bem seus representantes. Esta é a expectativa do Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

O Ministro da Indústria e Comércio, Roberto Gusmão, disse que a nova Constituição terá que garantir as liberdades individuais e defendeu uma nova organização sindical e o reordenamento democrático do País.

O Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, não quis opinar sobre a política de comunicações que gostaria de ver na nova Carta.

— A Constituição é um poder livre e so-

berano e sugerir agora vai parecer que estou querendo influenciar neste ou naquele ponto. Mas, se me consultarem, poderei dar uma boa contribuição — disse.

Depois de defender seu ponto de vista de eleições simultâneas para Presidente e para a Constituinte, o Governador do Rio, Leonel Brizola, lembrou que em 1962 o capital estrangeiro conseguiu interferir na eleição do Congresso "para eleger congressistas comprometidos com determinadas posições".

— Agora, com a Constituinte, tudo vai ser mais grave. Os interesses internacionais vão se sentir ameaçados nas concessões que já têm aqui. O triste é que há uma cortina de silêncio sobre tudo isso — lamentou.

O Líder do PFL, na Câmara, José Lourenço (BA), afirmou que a mensagem é o passo inicial para o reencontro da Nação.

— Temos que redigir uma carta que seja intérprete da vontade da Nação e que possa se perpetuar através dos séculos.

Lyra: Anteprojeto é para sociedade debater

BRASILIA — O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, assegurou ontem ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Hermann Baeta, que a Comissão Constitucional, a ser criada na primeira quinzena de julho, não elaborará um anteprojeto da nova Carta para a Assembleia Nacional Constituinte, mas sim um esboço para discussão da sociedade. Baeta, que havia criticado a forma de convocação adotada pelo Governo e a formação da Comissão, saiu do encontro com o Ministro mais tranquilo.

— Ai muda completamente. Esta é uma notícia bem interessante, embora o Presidente da Comissão, jurista Afonso Arinos, diga o contrário — afirmou.

Lyra e Baeta discutiram também as divergências em relação à convocação da Constituinte. A OAB defende uma eleição específica para a Assembleia, no início do próximo ano, alegando o risco de que seus membros, trabalhando paralelamente ao Congresso ordinário, legislarão em causa própria. Antes do encontro, Lyra considerou irrealista a proposta da OAB, afirmando que seria impossível realizar duas eleições no mesmo ano, para a Constituinte e para o Congresso.

Constituintes querem influir

BRASILIA — A expectativa de que a próxima Assembleia Nacional Constituinte elabore um texto liberal, e a sugestão de que a Constituição de 46 sirva de base para os trabalhos foram manifestadas ontem por constituintes de 46, que participaram da solenidade de assinatura da mensagem convocatória da Assembleia. Alguns pretendem influir na nova Carta através dos debates ou de uma assessoria e outros concorrerão à Constituinte.

Querem se candidatar à Assembleia Epilogo de Campos, Manoel Novaes — para quem a Presidência da Constituinte deve ficar com um mineiro, a fim de que não se quebre a tradição republicana — e Benjamin Farah. O Secretário-Geral do PC do B, João Amazonas não pretende concorrer, mas pretende participar intensamente dos debates, e Lycurgo Leite Filho disse que aceitaria com muito prazer uma convocação para assessorar os trabalhos da Constituinte.

te e para o Congresso. Segundo ele, todas as lideranças do Congresso desejam ser constituintes e não haveria forma de conciliar as duas eleições.

— Temos que fazer a convocação a partir de uma posição realista — afirmou, considerando que a proposta de duas eleições, uma em janeiro e outra em novembro de 1986, não seria aceita pelo Congresso, pois "seria difícil convencer os Deputados e Senadores a votarem contra eles".

Lyra anunciou que o próximo passo do Governo será criar a "mística da Constituinte". O Governo pretende promover uma campanha institucional sobre a Constituinte a partir de janeiro, para estimular o debate e a conscientização popular. Um dos elementos da campanha será a "cartilha da Constituinte", que deverá ser elaborada ainda este ano.

O Deputado João Gilberto (PMDB-RS) também acha que, para se chegar a uma Constituinte realmente originária, seus membros não devem pertencer ao Congresso ordinário. Em discurso na Câmara, João Gilberto defendeu uma assem-

bléia unicameral, com ampla representação, eleita por voto direto e universal.

— Que depois se convoquem eleições para os poderes Executivo e Legislativo. A proposta endossada pelo Presidente Sarney é de que os constituintes serão eleitos Senadores e Deputados, integrantes de um Congresso ordinário. Minha divergência, no entanto, não impede que eu considere esse passo o cumprimento da etapa decisiva de uma escalada democratizadora no País — disse.

João Gilberto elogiou Sarney pela convocação da Constituinte, afirmando que, no cumprimento de reformas e mudanças político-institucionais, o Governo jamais se limitou por interesses específicos. O País, segundo ele, andou rápido na construção da passagem para a democracia e a mensagem encaminhada pelo Presidente foi passo decisivo.

— Se a sociedade nacional envolver-se plenamente, assumir este processo de reconstituir-se como Estado soberano e estruturar as instituições, teremos uma Constituinte legítima. Esse é o desafio — afirmou.

Brossard: Ordem econômica também é objeto do trabalho constitucional

BRASILIA — "A Assembleia Nacional Constituinte destina-se a modelar as instituições fundamentais do País" — assim a define o jurista e ex-Senador Paulo Brossard. A Constituinte, no entender do jurista, "trata dos problemas relacionados com os poderes do Estado, suas atribuições, competências, a forma de Estado, a forma e o sistema de Governo".

A Constituinte, segundo Brossard, trata também de formulações de outras normas referentes às grandes linhas políticas do País. Assim, por exemplo, as Constituições modernas contêm normas sobre a ordem econômica, social, assuntos referentes à educação e à saúde e até princípios de política internacional.

Uma Constituição pode ser breve — afirma Brossard — como a francesa, que tem menos de 100 artigos, ou minuciosa como a da Iugoslávia, que tem mais de 400 artigos. Ou seja, tudo é questão de modelo: mais analítica ou mais contida.

O ex-Senador cita outros casos: as

Constituições da URSS e da China têm cada uma cerca de 140 artigos, enquanto a de Portugal tem 312 e a do Japão 103 artigos.

— Cito a da China, que tem dois anos, e da União Soviética, por serem as mais modernas. E para demonstrar também que um grande país, que abriga várias nacionalidades, pode ter uma Constituição breve.

O jurista acha que, no caso do Brasil, a Constituinte deve meditar sobre os 150 anos da vida política do País. Ela, segundo Brossard, deve estruturar a vida política do País e pode até traçar diretrizes econômicas e sociais.

Há casos em que a Constituição — explica o ex-Senador — determina a linha a ser seguida, como os países marxistas. A da Itália, por exemplo, fixa muito os aspectos sociais do país. Mas a maioria das Constituições dos países democráticos contêm normas não limitadas, não adota filosofia, não fixa religião.

Falta de hábito

O PDS, que passou os últimos anos subindo a rampa do Palácio do Planalto ao menor pretexto, ontem recusou-se a fazê-lo, exatamente quando estava sendo assinada a convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

ESTREANDO no papel de partido de oposição.

O PDS ainda não entendeu o espírito da coisa.

Em 46, louco queria votar

BRASILIA — No início dos trabalhos da Constituinte de 1946, quando o plenário votava o regimento interno, o Deputado Hermes Lima chamou a atenção do Senador Durval Cruz, com quem dividia um escritório: um homem que estava votando não era constituinte. Os dois o reconheceram como o homem que sempre ia ao escritório "arranjar" dinheiro. Chamaram então um continuado, que perguntou se ele era Deputado:

— Sou, pelo Piauí — respondeu o homem, pouco depois retirado do plenário, após a confirmação de que não era constituinte. Este episódio, relatado pelo Senador Luiz Viana (PDS-BA), ocorreu numa Constituinte que tinha uma característica original: precedida por oito anos de ditadura, com o Parlamento fechado, foi composta por "caras novas". Ninguém se conhecia, ao contrário do que ocorria em outras legislaturas, quando muitos eram reeleitos.

Viana relata outro episódio curioso. Durante uma votação, um homem com distúrbios mentais subiu a uma das tribunas laterais do Palácio Tiradentes e pediu a palavra. O Presidente da Constituinte, Senador Melo Viana, "um pouco provinciano", disse: "Vossa Excelência não pode falar".

— O Presidente chamou o doido de Vossa Excelência — completou Luiz Viana, sorrindo.

O homem, acrescentou o Deputado Ennâni Sátiro (PDS-PB), atirou o paletó no plenário. As vaías na sessão pública da promulgação da Constituição — memoráveis, segundo Luiz Viana, por causa do sentimento de oposição a Getúlio Vargas e seguidores — também não foram esquecidas.

O mais vaiado foi Agamenon Magalhães, injustamente, na opinião de Viana, pois trabalhou muito pelos Estados pequenos, numa orientação "mais esquerdista".

O Senador Amaral Peixoto (PDS-RJ) também foi vaiado, conforme confessou, observando que a promulgação foi uma festa udenista e todos os que serviram ao Estado Novo tiveram a mesma sorte.

Sátiro recorda-se mais da atuação de Melo Viana, segundo ele "engraçado e espirituoso". Conta o Deputado que, em determinada sessão, um orador pronunciou palavras inconvenientes, e foi advertido pelo Presidente da Constituinte de que deveria usar linguagem mais apropriada, para não ferir a sensibilidade "dessas angelicais figuras", referindo-se às mulheres que ocupavam as galerias.